

O acesso livre à informação

Maria Auxiliadora de Souza Nogueira

Bibliotecária da Gerência de Documentação do Departamento Nacional do Senac. Especialista em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva e em Gestão em Educação a Distância

E-mail: doranogueira@senac.br

RESUMO

Com as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, e a necessidade de acesso e divulgação da informação científica, surgiu um movimento mundial a favor do acesso livre. E as Bibliotecas precisam estar preparadas, pois não possuem apenas livros e periódicos impressos para disponibilizarem aos seus usuários-pesquisadores. O artigo apresenta quais foram os eventos que promoveram o *Movimento de Acesso Livre* e quais foram as suas declarações. No Brasil, instituições como o Ibict promoveram ações e lançaram ferramentas como repositórios e o *software* para edição de publicações periódicas. Aborda, também, a questão da propriedade intelectual focando a licença *Creative Commons*, questão que pode ser um entrave para uma política de acesso livre. Por fim, é aberto o debate com a questão do impacto do acesso livre na biblioteca.

Palavras-chave: Acesso à Informação. *Creative Commons*. Movimento de Acesso Livre. Repositório. Periódico Científico.

1 INTRODUÇÃO

Gigantescos acervos de informação sobre os mais variados temas [...] circulam hoje, em escala planetária e de forma acelerada, por meio da internet e das novas mídias eletrônicas. (ZANAGA; LIESENBERG, 2008, p. 1).

Se o assunto é *acesso à informação*, muitos associam o termo à **Lei de Acesso à Informação (LAI)** ou, então, à **acessibilidade**, mas não são esses enfoques o que trataremos aqui. A Lei nº 12.527, conhecida como LAI, tem como escopo que

todas as informações produzidas ou custodiadas pelo poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas (BRASIL, 2014).

Entre as informações que a LAI exige que sejam divulgadas estão: estrutura organizacional e atribuições dos órgãos, lista dos principais cargos e seus respectivos ocupantes, endereços e telefones de suas unidades e horários de atendimento ao público; programas, projetos, ações; licitações, contratos e notas de empenho emitidas; remuneração recebida por servidores e empregados públicos.

E acessibilidade é um assunto à parte e abrange mais do que acesso informacional. Envolve inclusão, ou seja, arquitetura, mobiliário, equipamentos, que possibilitam o acesso à informação de pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida.

O que abordaremos aqui é o acesso livre à literatura científica, seja de livros, trabalhos acadêmicos ou de periódicos, por meio de ferramentas como o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Seer (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas), repositórios, Google Books, entre outras. Aqui veremos como se iniciou o *Movimento de Acesso Aberto* para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica, movimento esse provocado pelas dificuldades de acesso às publicações e o alto custo das assinaturas dos periódicos científicos.

Alguns eventos internacionais foram realizados, de 2000 a 2003, envolvendo autores, associações científicas, editores, universidades e bibliotecas, com o objetivo de remover “barreiras que impedem o acesso livre à literatura científica” (OLIVEIRA; GOMES, 2013, p. 2). Esses eventos criaram um movimento em

direção ao uso de ferramentas, estratégias e metodologias que denotam um

novo modelo de representar um igualmente novo processo de comunicação científica (COSTA, 2006, p. 40).

Os mais importantes ocorreram em Budapeste, Bethesda e Berlim e deles resultaram importantes declarações, que veremos logo no início do nosso artigo. No Brasil, instituições como Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) implementaram ações a favor do acesso aberto.

Resumidamente, será apresentada, também, a questão do direito autoral. O movimento de conteúdos abertos trabalha com os conceitos de proteção à propriedade intelectual e de liberdade para certos usos, “buscando um balanceamento mais ‘justo’ entre os direitos do criador do conteúdo e os dos seus usuários” (ZANAGA; LIESENBERG, 2008, p. 2).

Não será deixado de lado o impacto do acesso livre na biblioteca. Todas as iniciativas, até o momento, vieram auxiliar à tarefa do bibliotecário na disseminação da informação.

2 OS MOVIMENTOS

O Movimento de Acesso Livre tem trabalhado para fornecer aos leitores o acesso irrestrito à litera-

tura acadêmica, colaborar com a pesquisa científica e permitir que os autores cheguem a um maior número de leitores. As três principais declarações a favor do acesso livre foram feitas nos eventos ocorridos em Budapeste, Bethesda e Berlim. Antes da reunião de Budapeste, ocorreu a Convenção de Santa Fé, em 1999, conhecida como *Universal Preprint Service Meeting*. Apesar da declaração de Santa Fé não ser considerada uma declaração do movimento de acesso livre, nessa convenção foi criado o *Open Archives Initiative* (OAI), além do documento que conceitua arquivo *eprint*, provedor de dados provedor e provedor de serviços (OLIVEIRA, 2011). Foi nessa convenção que surgiu o paradigma do acesso livre à informação.

O OAI

proporcionou a construção, implantação e manutenção de repositórios de acesso livre [...] como o *E-Prints*, o *Open Journal Systems* (OJS), o *DSpace*, entre outros (IBICT, 2005).

2.1 Budapest Open Access Initiative (BOAI)

Esse evento, ocorrido em 2002, teve como objetivo

acelerar o progresso do esforço internacional de tornar artigos de pesquisa em todos os campos acadêmicos

livremente disponíveis na internet (COSTA, 2006, p. 41).

Os participantes dessa reunião definiram “acesso aberto como disponibilidade livre e irrestrita” (COSTA, 2006, p. 41). Isso representa que os autores, e seus trabalhos, passam a ter “visibilidade, legibilidade e impacto vastos e mensuráveis” e, conseqüentemente, os leitores passam a ter acesso e usar o que procuram na literatura científica (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012).

A reunião definiu duas estratégias conhecidas como:

1) “acesso aberto verde” ou repositório: os autores depositam em um repositório com acesso aberto seus artigos já publicados, isso com a permissão dos editores;

2) “acesso aberto através de revistas ou acesso aberto dourado”: os editores garantem acesso aberto ao conteúdo dos periódicos (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012).

Essas estratégias são conhecidas, também, como *via verde* e *via dourada*.

2.2 Reunião de Bethesda

Na reunião de Bethesda, realizada em 2003, os participantes definiram acesso aberto como:

‘Acesso aberto’ à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhe-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o *direito autoral* neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012).

O documento gerado nessa reunião apresenta a posição dos atores envolvidos no processo da comunicação científica: agências de fomento; cientistas; editores; pesquisadores; bibliotecários; entre outros, que dependem do acesso ao conhecimento. Importante ressaltar que esses atores não representavam suas instituições e, sim, seus próprios interesses. Divididos em três grupos, elaboraram três declarações:

grupo de instituições de pesquisas e agências de fomento, que declararam que encorajam seus pesquisadores e beneficiados com bolsas de pesquisa a publicarem de acordo com os princípios do acesso aberto;

grupo de bibliotecários e editores, que consideraram que os resultados de pesquisa científica devem ser acessíveis e “livremente usáveis quanto possível”;

grupo de pesquisadores e sociedades científicas, cuja declaração foi em favor do acesso aberto, e se comprometeram a “educar seus colegas, membros e o público sobre a importância do acesso aberto e por que o apoiam” (COSTA, 2006, p. 43).

Apesar do posicionamento dos envolvidos em relação ao acesso aberto, não houve uma adesão em nível mundial. A razão pode estar no fato de que tanto os pesquisadores como os editores desconsideraram ou desconfiam de publicações de acesso livre, acreditando que elas não têm validade científica.

2.3 Declaração de Berlim

A primeira reunião de Berlim foi em 2003 e passou a ocorrer anualmente. Intitulada Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities, visou promover a in-

ternet e veio ratificar a Declaração de Bethesda e Budapeste.

Seus organizadores tinham certeza que a disseminação do conhecimento estaria incompleta se a informação não estivesse acessível à sociedade de forma fácil e rápida. Além da disseminação de forma clássica, por meios impressos, havia a possibilidade por meio do acesso livre via internet. Definiram o acesso livre como uma fonte abrangente de conhecimento humano e do patrimônio cultural, tendo sido aprovado pela comunidade científica.

Além da comunidade científica, essa reunião envolveu representantes de museu.

O acervo desses conhecimentos tornados disponíveis em repositórios de acesso aberto representam, sem dúvida, uma contribuição significativa e sem precedentes à história da civilização humana (COSTA, 2006, p. 43).

3 ACESSO LIVRE NO BRASIL

Ibict, Bireme e Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp) têm discutido com a comunidade científica brasileira e implementado

ações que possibilitem o acesso livre às pesquisas e produções científicas.

Em 2005, o Ibict lançou o *Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica*, endereçado à comunidade científica, universidades e institutos de pesquisa, agências de fomento e editoras de publicações científicas. O Manifesto teve como objetivos:

- promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação;
- estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica;
- buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica (IBICT, 2005).

Além do Manifesto, o Ibict promoveu várias ações em prol do acesso livre, tais como:

- construção de um Portal de Repositórios e Publicações de Acesso Livre (Portal Oasis.Br);

- construção de repositórios institucionais, temáticos e publicações eletrônicas;

- discussão e estabelecimento de uma Política Nacional de Acesso Livre;

- construção de uma incubadora de repositórios e publicações eletrônicas;

- absorção, customização e transferência de pacotes de *software open source* compatível com o modelo *Open Access*;

- estabelecimento de competência técnica quanto ao uso e desenvolvimento de ferramentas em conformidade com o modelo AO (KURAMOTO, [20--]).

Como resultados concretos, e bem-sucedidos, dessas ações estão a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o software para construção e gestão de revistas científicas Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (Seer).

A BDTD teve como incentivador a Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, da Capes, que instituiu a obrigatoriedade do depósito digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de pós-graduação reconhecidos no Brasil. A Biblioteca disponibiliza o catálogo de

metadados da base coletiva aos buscadores internacionais, por meio do *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), e possibilita que as teses e dissertações brasileiras sejam conhecidas no cenário internacional (SUAIDEN, 2006).

O Seer surgiu em 2003, a partir da customização do *Open Journal Systems* (OJS), *software* de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP), da *University of British Columbia*.

4 DIREITO AUTORAL E A LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Para que os periódicos e outras publicações científicas sejam disponibilizados para o usuário é necessário que o autor, ou o detentor de direito autoral, conceda o direito de acesso. Esse direito deve permitir copiar, usar, transmitir, exibir publicamente em qualquer suporte digital, claro que com a devida atribuição à autoria. A proteção dos direitos autorais e o *copyright* impedem, muitas vezes, a publicação de acesso livre.

Uma forma encontrada para flexibilizar a lei de direito autoral, garantindo, assim, o acesso a uma determina-

da obra e ao mesmo tempo protegendo os autores que publicam suas obras em modelos abertos, é o uso das licenças livres (OLIVEIRA; GOMES, 2013).

As licenças “para conteúdos abertos” não têm por objetivo abandonar ou ir contra as ideias dos direitos autorais. Elas buscam oferecer proteção e uso, considerando os aspectos contemplados nas regulamentações de direitos autorais como a reprodução parcial ou integral, as adaptações, a distribuição, dentre outros (ZANAGA; LIESENBERG, 2008, p. 5).

Dentre as licenças para acesso livre, existem: *Creative Commons* (CC); *Open Content License*, *Open Music Licenses*; *Free Art License*; *GNU Free Documentation License*; *Common Documentation License*.

A licença *Creative Commons* (CC) foi criada e idealizada por Lawrence Lessig, professor de Direito da Stanford University, que defendia o Movimento da Cultura Livre.

As licenças CC podem ser utilizadas em quaisquer obras passíveis de direito autoral, tais como: textos, músicas, filmes, blogs, bancos de dados, *softwares* (LE MOS, 2005, p. 83 apud OLIVEIRA; GOMES, 2013).



Atribuição (by)

Permissão: distribuição; remixagem; adaptação ou criação de obras derivadas, **mesmo que para uso com fins comerciais, contanto que seja dado crédito pela criação original.** Essa é a licença menos restritiva de todas as oferecidas, em termos de quais usos outras pessoas podem fazer de sua obra.



Atribuição - compartilhamento pela mesma licença (by-sa)

Permissão: remixagem; adaptação; criação de obras derivadas ainda que para **fins comerciais, contanto que o crédito seja atribuído ao autor e que essas obras sejam licenciadas sob os mesmos termos.** Essa licença é geralmente comparada a licenças de *software* livre. Todas as obras derivadas devem ser licenciadas sob os mesmos termos dessa. Assim, as obras derivadas também poderão ser usadas para fins comerciais.



Atribuição - não a obras derivadas (by-nd)

São permitidos a redistribuição e o uso para fins comerciais e não comerciais, contanto que **a obra seja redistribuída sem modificações e completa, e que os créditos sejam atribuídos ao autor.**



Atribuição - Uso não comercial (by-nc)

Permissão: remixagem; adaptação; criação de obras derivadas sobre a obra licenciada, **sendo vedado o uso com fins comerciais.** As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos, porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos dessa licença.



Atribuição - Uso não comercial Compartilhamento pela mesma licença (by-nc-sa)

Permissão: remixagem; adaptação; criação de obras derivadas sobre a obra original, **desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito ao autor e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros.** Outros podem fazer o *download* ou redistribuir a obra da mesma forma que na licença anterior, mas eles também podem traduzir, fazer remixes e elaborar novas histórias com base na obra original. Toda nova obra feita a partir dessa deverá ser licenciada com a mesma licença, de modo que qualquer obra derivada, por natureza, não poderá ser usada para fins comerciais.



Atribuição - Uso Não Comercial Não a Obras Derivadas (by-nc-nd)

Essa licença é a mais restritiva dentre as seis licenças principais, permitindo redistribuição. Ela é comumente chamada "propaganda grátis" pois permite que outros façam *download* das obras licenciadas e as compartilhem, contanto que mencionem o autor, mas sem poder modificar a obra de nenhuma forma nem utilizá-la para fins comerciais.

A CC está presente em diversos países, adequada à legislação vigente do direito autoral de cada país que a adotou. Facilmente identificável em repositórios por meio dos seguintes símbolos (CREATIVE COMMONS, 2012). - ver quadro p. 104.

5 O PERIÓDICO CIENTÍFICO, OS REPOSITÓRIOS E O SCIELO

Os principais veículos de comunicação e distribuição de publicações de acesso livre são os periódicos científicos e os repositórios.

5.1 Periódico científico

Pela análise do Movimento de Acesso Livre, podemos concluir que o maior causador desse movimento foi o periódico científico. Principal meio de divulgação de pesquisas e comunicação científica, seu alto custo provocou a reação dos pesquisadores, que desejavam ter maior acesso à informação e permitir acesso às suas pesquisas.

O periódico científico foi alterado ao longo dos anos. Inicialmente, eram no formato de folhetins, atas, memórias ou anais. Na década de 1960, o periódico em papel passou a ser editado, também, em mi-

croformas, o que não foi bem aceito pela sociedade científica. Na década de 1990, surge a editoração eletrônica, agilizando as etapas de produção (desde o recebimento dos artigos até a impressão e distribuição) e com baixo custo. Com a internet, os periódicos científicos passaram a ter um alcance maior e os editores perceberam que era possível ter mais de um formato de assinatura. Com a declaração de Budapeste, os editores foram convencidos a disponibilizar os periódicos para acesso aberto.

Os periódicos científicos eletrônicos de acesso livre são essenciais para a propagação do conhecimento científico, tendo em vista a amplitude de facilidades proporcionadas por esse tipo de publicação, além de ser um veículo fundamental no processo de transferência e compartilhamento das informações técnico-científicas, pois ele viabiliza a divulgação dos resultados de pesquisa e promove a discussão entre os pares (SILVA; SALGADO, 2013).

5.2 SciELO

Scientific Electronic Library On-line [Biblioteca Científica Eletrônica em Linha], ou simplesmente SciELO, como é conhecida, "é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na internet" (SCIELO, 2009).

SciELO é um portal de acesso aberto, conhecida como via dourada, “composta por revistas que adeririam à proposta de disponibilizar de forma pública e livre seus artigos” (OLIVEIRA; GOMES, 2013). Surgiu como resultado de um projeto de pesquisa da Bireme em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), instituições nacionais e internacionais e editores científicos. A partir de 2002, passou a contar com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Mediante a metodologia desenvolvida, SciELO propicia a publicação eletrônica de edições completas de periódicos científicos; a organização de bases de dados bibliográficas e de textos completos, enriquecidos com *links* de hipertexto com bases de dados nacionais

e internacionais; a recuperação de textos por seu conteúdo; a preservação de arquivos eletrônicos; e a produção de indicadores estatísticos de uso e impacto da literatura científica. Aplica, também, a metodologia SciELO na operação de *websites* e coleções de revistas eletrônicas (SCIELO, 2013).

Resumindo, SciELO reúne, ou agrega, inúmeros periódicos nacionais, de diversas áreas, com acesso livre, o que viabiliza a consulta a todos eles. Para saber mais sobre o portal, acesse <http://www.scielo.org>.

5.3 Repositórios

O repositório é uma proposta alternativa para a comunicação científica. É uma ferramenta que tem sido utilizada em diferentes países e no próprio Brasil. A BDTD, por exemplo, é considerada um repositório,

apesar de não adotar tal designação. Segundo Targino, Garcia e Paiva (2014), é possível identificar um repositório quando:

a) possui mecanismos de recuperação dos conteúdos; padrões de organização, gerenciamento e publicação de conteúdos digitais;

b) possibilita a geração de indicadores de qualidade da produção científica institucional;

c) garante a memória científica institucional;

d) obedece às normas e aos padrões vigentes para armazenamento, preservação, divulgação e acesso da produção, além de garantir subsídios ao planejamento institucional;

e) incentiva a representação institucional e o autoarquivamento de pesquisas e estudos;

f) inclui diversos tipos de publicação: *preprints*; textos, multimeios; arquivos em diversos formatos (pdf, jpg, doc, txt, entre outros); artigos ou revistas; teses e dissertações.

Os repositórios institucionais têm sua coleção constituída de acordo com a sua produção científica, mas têm características em comum com os demais repositórios:

são cumulativos e contínuos, abertos e interoperáveis, o que lhes favorece coletar, armazenar e disseminar a produção (TARGINO; GARCIA; PAIVA, 2014).

As políticas do IbiCT consistem em incentivar, instrumentar e capacitar as universidades brasileiras a adotar os repositórios, dando visibilidade à sua produção intelectual. Para isso, recomendam a adoção do DSpace ou do E-prints, plataformas

desenvolvidas e distribuídas pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e *University of Southampton*, respectivamente.

6 IMPACTO NAS BIBLIOTECAS

O acesso aberto viabilizou o acesso a publicações científicas, permitindo a consulta e o rompimento de barreiras. Antes, o acesso só era possível por meio de assinaturas com custo alto ou de solicitação de cópias entre bibliotecas (Comut). A questão do custo alto da assinatura de periódicos fazia que a biblioteca selecionasse e restringisse os títulos. Com o acesso livre, esse cenário mudou – para bibliotecários e pesquisadores. Hoje, os pesquisadores pressionam os editores científicos para que seus artigos estejam disponíveis em acesso aberto, o que contribui financeiramente para as bibliotecas. Ao mesmo tempo, esses mesmos pesquisadores passaram a querer ter acesso livre à informação científica.

Assim como alguns títulos estão disponíveis via Scielo e Seer, outra ferramenta que os bibliotecários passaram a ter foram os repositórios institucionais, por meio dos quais é possível recuperar textos e trabalhos acadêmicos.

Enfim, os bibliotecários passaram a ter novas ferramentas com a política de acesso aberto. Claro que é necessário ter iniciativas, tais como criar repositórios institucionais, buscar alternativas para publicações com acesso aberto e auxiliar docentes pesquisadores nas universidades a negociar direitos autorais com editores.

Mais do que mudança de postura, faz-se necessária capacitação técnica quanto ao uso dessas ferramentas. A questão não é só financeira, mas, sim, de conhecimento sobre o que está acontecendo, em nível internacional, sobre acesso à informação científica. É preciso estar atualizado e conhecer as ferramentas, observando quais poderão auxiliar os seus usuários em suas pesquisas.

7 CONCLUSÃO

Aqui foi apresentado o Movimento que trabalhou para que os pesquisadores, ou melhor, a sociedade viesse a ter acesso às publicações científicas, principalmente, periódicos, teses, dissertações e relatórios de pesquisas financiados por recursos públicos.

A questão de direito autoral não é a única barreira que restringe o acesso livre. Há os

editores comerciais, que detêm o direito de publicação de alguns importantes periódicos e não permitem o acesso gratuito aos artigos. O tema continua em discussão, apesar de os envolvidos já terem conseguido remover algumas barreiras via *Creative Commons*.

Alguns repositórios e *softwares* que possibilitam o acesso livre não foram abordados propositalmente, mas os bibliotecários podem tirar proveitos dessas ferramentas.

Agora, podemos começar a pensar:

a) como as Bibliotecas do Sistema de Informação e Conhecimento do Senac (Sics) estão aproveitando o recurso de acesso livre?

b) o acesso livre alterou alguma rotina na relação usuário-biblioteca?

c) o que podemos ou devemos criar?

d) seria possível a implementação de uma política, com adesão de todas as Unidades do Sics, quanto à criação de um repositório dos trabalhos acadêmicos dos alunos do Senac?

REFERÊNCIAS

ANTELMAN, Kristin. Do open-access articles have a greater research impact? **College & Research Libraries**, v. 65, n. 5, p. 372-382, Sept. 2004.

BRASIL. **Lei de acesso à informação**: Lei nº 12.527. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/menu-de-apoio/entenda-a-lai>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Dez anos da Iniciativa de Budapeste em Acesso Aberto**: a abertura como caminho a seguir. 2012. Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 39-50, maio/ago. 2006.

CREATIVE COMMONS. **As licenças**. [S.l., 2012]. Disponível em: <<http://creativecommons.org.br/as-licencas/>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

IBICT. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2014.

IBICT. **Portal do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas**. Brasília, DF, [2013?]. Disponível em: <http://seer.ibict.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 28 jul. 2014.

KURAMOTO, Hélio. **Open archives e open access**. Brasília, DF, [20-]. Trabalho apresentado na 1ª Mesa Redonda: Tecnologias da Informação.

NICOLETTI, T. F.; MORO, E. L. S.; ESTABEL, L. B. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade

para todos. Trabalho apresentado Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis.

OLIVEIRA, T. C. **Acesso aberto à informação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibict, 2011.

OPEN ACCESS. **Berlin declaration**. [S.l.], 2005. Disponível em: <<http://openaccess.mpg.de/286432/Berlin-Declaration>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

SCIELO. **Modelo SciELO**. São Paulo, [2009]. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

SILVA, Taize Araújo da; SALGADO, Porcina Formiga dos Santos. **Um olhar voltado para produção científica brasileira sobre biblioterapia nos periódicos eletrônicos de acesso livre da área de ciência da informação**. Trabalho apresentado Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis.

SUAIDEN, Emir. Dimensão e perspectivas sociais do acesso livre à informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 7-8, maio/ago. 2006.

TARGINO, M. G.; GARCIA, J.C.R.; PAIVA, M.J.R. Repositórios institucionais brasileiros: entre o sonho e a realidade. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/320>>. Acesso em 28 jul. 2014.

ZANAGA, Mariângela Pisoni; LIESENBERG, Hans Kurt Edmund. Autoria e compartilhamento social: a criação de conteúdos na internet. **Data-GramaZero**: revista de ciência da informação, v. 9, n. 1, fev. 2008.

